



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

### REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 13 dias do mês de maio as 18 horas e 30 minutos, excepcionalmente pelo COVID-19 por meio de Vídeo Conferência reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através do decreto nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antonia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva e Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente André Breda para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer que a íntegra das reuniões do Conselho Administrativo estão disponíveis em meio eletrônico no canal no Youtube do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) e no site do Instituto [pauliprev.sp.gov.br](http://pauliprev.sp.gov.br), a qual todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada a ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessa gravação. Todos os atos ocorridos na reunião encontram-se registrados em referida mídia, a qual deverá ser consultada para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pautas do dia:

- 1- Aprovação da Ata da reunião ordinária realizada em 29/04/2020;
- 2- Apresentação e discussão sobre o relatório gerencial referente ao primeiro bimestre de 2020.

A presidente do Conselho Administrativo Sandra inicia reunião desejando boa noite a todos e informando sobre a necessidade da reunião estar sendo feito por videoconferência, a fim de cumprir as orientações das autoridades de saúde com relação à pandemia do Coronavírus.

**Item 1** da pauta da reunião: aprovação da Ata da reunião ordinária realizada em 29/04/2020 é colocado em deliberação sendo aprovado por unanimidade, após os conselheiros terem recebido a ata previamente por e-mail e por WhatsApp e terem sido feitas as alterações necessárias.

**Item 2** da pauta: Apresentação e discussão sobre o relatório gerencial referente ao primeiro bimestre de 2020. O controlador interno do Pauliprev, Bruno, deseja boa noite a todos e inicia demonstrando a apresentação no computador para que todos possam acompanhar.

*[Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'Fato' and 'PHS']*



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

O primeiro assunto do relatório, referem-se à Finanças e Orçamento, e aborda os dados gerais em relação a folha de pagamento. Começando pelos efetuados aos aposentados que permanecem numa tendência bem parecida nos dois meses, totalizando algo em torno de R\$ 9.000.000,00 por mês, sendo que no mês de janeiro há um valor um pouco maior que é associado ao adiantamento do 13º salário, que representa algo em torno de R\$ 670.000. A quantidade de aposentados na folha, passou de 1156, para 1170 aposentados. O segundo gráfico diz respeito aos pensionistas, e também apresenta uma tendência bem parecida com aquilo que havia sido gasto nos outros meses, algo em torno de R\$ 570.000,00 por mês, sendo que em janeiro, um pouco mais por duas razões: adiamento do 13º e também alguns pagamentos retroativos de benefícios, e foi pago algo em torno de R\$20.000,00 que era um diferencial de benefícios de pensões que haviam sido pagos, e na média, o valor é constante, temos 106 pensionistas na nossa folha.

Sobre os dados do auxílio doença, Bruno inicia lembrando que a partir de abril não constará mais na folha de pagamento e informa que nos primeiros meses do ano esses pagamentos ainda eram realizados pelo instituto, sendo que do ponto de vista orçamentário esse recurso é de responsabilidade do ente. Nos dois primeiros meses houve uma tendência de queda, lembra também que no passado em média era pago algo em torno de R\$ 750.000,00 por mês e nesses meses iniciais ocorreu uma queda para R\$ 561.000,00 no mês de Janeiro e R\$ 490.000,00 no mês de fevereiro, sendo destes, 109 pagamentos em janeiro e 102 pagamentos de auxílio-doença em fevereiro.

Ainda nessa parte do relatório constam os valores relacionados aos conselheiros, a média mensal é de R\$ 30.000,00. Percebe-se algumas diferenças devido as folhas complementares. Na folha de servidores ativos do Pauliprev observa-se assim como nos outros meses, valores em janeiro, um valor maior devido a antecipação de 13º salário, sendo pago algo em torno de R\$50.000 no mês de janeiro e R\$ 23.000 em fevereiro. Bruno esclarece que os valores estão discriminados com maiores detalhes no relatório completo descritivo.

Nos custos administrativos os gastos estão por volta de R\$330 mil a R\$332 mil em média, maior janeiro R\$342.100,00 e um pouco menor em fevereiro, lembrando que no passado a média era algo em torno de R\$450.000,00 / mês. Os valores estão bem baixos nos primeiros meses do ano e a tendência é a manutenção, porque um dos valores que contribuíram para o aumento do nosso custo, eram os pagamentos pelos serviços de compensação previdenciária e o contrato foi encerrado. Nesses dois primeiros meses do ano não houve nenhum pagamento deste contrato encerrado, então a acreditamos que daqui



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

por diante, a não ser que tenha algum serviço excepcional, manteremos essa média, sem muita variação, em torno de 350 mil por mês.

Sobre as receitas do Instituto, o controlador explica que basicamente são contribuições dos segurados, contribuição patronal e os aportes para cobertura do déficit atuarial, em uma média de 10 milhões e lembra que no final do ano passado foi aprovada a Lei do aporte, que atualizou e alterou a sistemática de financiamento do déficit atuarial, esclarece que a Pauliprev já vem recebendo os valores do aporte e como já apresentado em outras reuniões em contas específicas, o dinheiro todo do aporte vai para um fundo específico que o conselho já deliberou para facilitar o controle desses recursos e para ter uma destinação específica, uma finalidade de longo prazo, totalizando 10 milhões de reais por mês em receitas previdenciárias, informa ainda que a temos outras receitas além do comprev e dos parcelamentos de débitos patronais de anos anteriores. Sobre a compensação previdenciária não foi aprovado nenhum processo nesse início de ano, então, o valor que é recebido de comprev, é referente aos valores de processos compensados anteriormente, aquelas 233 parcelas que mês a mês vão entrando, ou seja, um valor fixo que sempre recebemos de comprev, independentemente de aprovar processo ou não, algo em torno de R\$730.000,00 em janeiro e R\$755.000,00 em fevereiro, além disso, temos o parcelamento em torno de R\$ 800.000,00 que vai até o meio do ano, algumas parcelas ainda a receber totalizando 1.5 milhões de receitas não recorrentes, sendo assim, somando essas receitas com as previdenciárias e outras, temos o saldo financeiro, assim como a gente une as despesas previdenciárias com custeio administrativo para ter todas as despesas, desta forma, em janeiro houve um superávit financeiro em torno de um milhão de reais, e em fevereiro a um superávit de mais de 5 milhões de reais, por conta do rendimento de títulos públicos da nossa carteira relacionados aos resgates dos cupons semestrais. O Instituto teve R\$4 milhões de receita, então a observamos que ao longo desses dois primeiros meses, houve um superávit financeiro, inclusive isso contribuiu como adicional para dar lastro a nossas operações de pagamento do PCCV dos inativos porque além da legalidade concernente ao processo, nós também teríamos essa viabilidade orçamentária para embasar ainda mais a decisão de ter esse momento, acumulado mais de 6 milhões de reais nesses primeiros meses do ano.

O próximo assunto do relatório é sobre investimentos e o controlador esclarece sobre os dois primeiros meses do ano. Em janeiro a gente abre pela liquidez alta e baixa dos fundos estressados e líquidos, a carteira estava em 1.342 bilhões, sendo um bilhão e 333 de fundos mais líquidos de conversão longa, mas

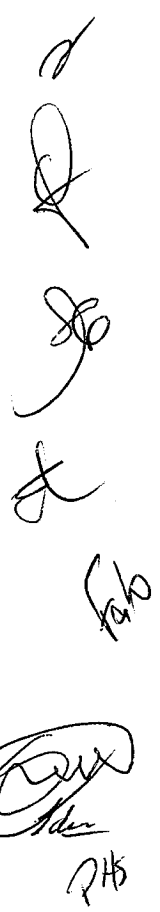
RHS

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

estruturados, em fevereiro tivemos uma pequena redução para 1.320 em relação a janeiro, que ainda não está perceptiva, mas é devido as movimentações associadas ao Covid-19, então nos próximos meses, nos relatórios, vão estar mais visíveis uma variação maior em nossa carteira, que é o que aconteceu com todos os RPPS no Brasil, em função das variações de reação do mercado de ações e das incertezas associadas a pandemia do Covid-19, sendo que a expectativa de crescimento, por enquanto está estável na casa de 1.3 bilhões de reais de patrimônio.

O controlador segue explicando e demonstrando na apresentação sobre o enquadramento; onde estão os nossos fundos e como está composta nossa carteira, sendo que basicamente temos fundos de ações que têm em torno de 300 milhões de reais, títulos de tesouro por volta de 210 milhões em janeiro e 208 milhões em fevereiro, fundos em referenciados em títulos públicos, que eram 346 milhões em Janeiro 352 milhões em fevereiro, fundos de renda fixa 92 milhões em janeiro e 90 milhões em fevereiro e renda fixa geral no valor de R\$ 157 milhões em janeiro e 160 milhões em fevereiro, constituindo nossas principais categorias de investimento.

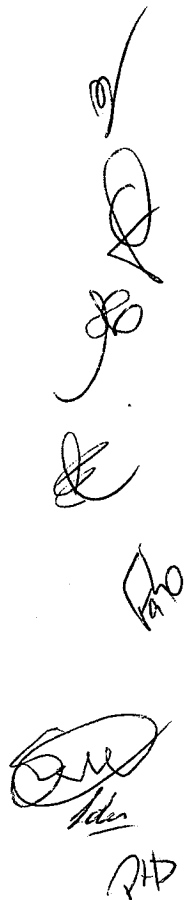
A apresentação segue demonstrando o gráfico do fluxo de operações, em janeiro. O Pauliprev resgatou 73 milhões de reais, que após passar pela devida ciência do conselho e fazendo as devidas justificativas, foram aplicados em dois fundos; sendo um fundo de ações no valor de 480 milhões no Itaú e 25 milhões no fundo de renda fixa Santander. Bruno reforçou que todo processo teve transparência e passou pela apreciação do conselho, e lembrou que maior detalhamento deste gráfico está no relatório escrito detalhado. Sobre os protocolos de Previdência e Perícia, o controlador explica que em janeiro e fevereiro praticamente não houve alteração, ficando em torno de 50, sendo que os principais são relacionados a simulações de aposentadorias e alguns relacionados a juntada de documentos. Existem vários outros tipos de protocolados, mas está destacado o que aparece em maior quantidade. Em termos de atendimento, de Janeiro para fevereiro fica um pouco maior, tanto em termos de atendimentos telefônicos, quanto em simulações realizadas, e esses números podem ser justificados pelo período de recesso de fim do ano anterior, que justifica uma demanda represada atendida em janeiro. O relatório ainda contém o número de concessões de benefícios deferidos e pensões que vão entrar futuramente na folha de pagamento, principalmente aposentadoria pelo Art. 40 da Constituição e pelos artigos 3º das emendas constitucionais 47/2005 e 41/2003. Os indeferimentos são causados principalmente por conta do abono de permanência, ou seja, a pessoa que opta por trabalhar um pouco mais ao invés de entrar em aposentadoria, então o não



Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the bottom right and several smaller ones above it.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

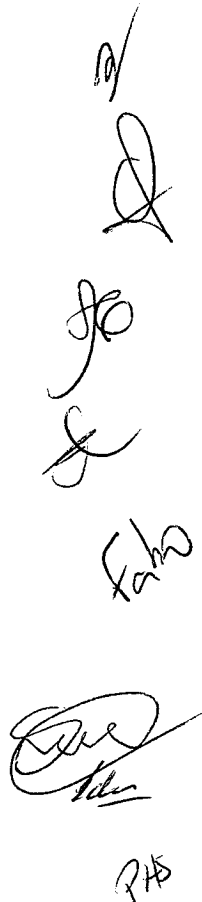
implemento de algumas aposentadorias é explicado por esse abono de permanência. Outras aposentadorias e pensões concedidas, que entraram na folha de pagamento do Instituto, em janeiro, tiveram um valor muito expressivo em grande parte por conta novamente do represamento de uma demanda que poderia ter sido feito em dezembro e que se concretizou em janeiro, destacando-se principalmente as aposentadorias por tempo de contribuição, sendo 16 aposentadorias em janeiro e 8 em fevereiro. O gráfico mostra auxílio-doença estratificado por motivos, embora o valor do auxílio-doença tenha diminuído no pagamento total, o número de novos afastamentos foram um pouco maiores em fevereiro, sendo concentrados por motivos psiquiátricos e ortopédicos, algo que sempre temos visto desde quando começou a se trabalhar com esses números. Em termos de secretarias, se concentram grande parte dos auxílios, na Secretaria da Saúde e Educação, que é onde também se concentram o maior número de servidores do município e por consequência onde temos maior número de afastamentos. Por fim, no item administração geral foram apresentados dados de compras, licitações e contratos. No relatório está um pouco mais detalhado, mas nessa apresentação vemos que em compras diretas, ou seja, despesas que são feitas dentro do limite da Lei 8666, portanto não precisam de licitação, feitas mediante orçamento numa média de R\$ 7.000,00, nos dois primeiros meses do ano, sendo que o principal valor tanto em janeiro como em fevereiro são viagens, descritas em 2.8 mil em janeiro e 3.7mil em fevereiro, para o Rio de Janeiro, onde se concentram as assembléias de alguns fundos que somos cotistas. O controlador continua explicando sobre as despesas de menor valor, cujos valores são sacados para uso e posteriormente vão sendo dado baixa, por isso são registrados como "adiantamento de serviços", e se não for usado todo o dinheiro, o mesmo é estornado para conta do Instituto. Em fevereiro os maiores gastos foram com viagens e material de limpeza, reforço que um detalhamento pouco maior está no relatório que o Instituto também apresenta para o conselho e que também está disponível no Website. Há também os gastos fixos que são os contratos com os fornecedores, que em janeiro tem um valor bem mais baixo do que fevereiro pois parte desses pagamentos foram antecipados em dezembro, como o vencimento do contrato era no início do mês e o Instituto estaria sem expediente alguns dias, a opção foi fazer esse pagamento em dezembro e por isso esses valores não apareceram, mas a partir de Fevereiro vemos que a média fica em torno de R\$40 mil, sendo os principais contratos a locação da sede do Instituto que é R\$11.7 mil, R\$ 7,7 mil referente a locação de computadores e os valores associados ao serviço de folha de pagamento e da parte contabilidade, e os contratos variando em torno de R\$ 5 mil em janeiro e R\$3.5 mil em fevereiro; um valor bem reduzido, lembrando que a nossa principal despesa variável, que fazia com esse montante fosse bem maior, era com a compensação previdenciária



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the bottom and several smaller ones above it.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

que a gente não teve nesses meses iniciais e não vamos ter mais por conta do encerramento do contrato, então a gente também tem uma expectativa de que esses valores variáveis sejam bem reduzidos porque aqui basicamente a conta de água, esgoto, internet telefonia fixa e telefonia móvel, no agregado tem uma média R\$ 50 mil por mês com contratos de compras, fixos e variáveis. Encerrando a apresentação, o controlador abriu para os questionamentos do conselho. Bruno inicia respondendo as perguntas sobre os valores estarem idênticos em janeiro e fevereiro na tabela 1.3.1. com relação a compensação previdenciária, questionado por Sandra. Ele explica que os números são valores compensados e parcelados em valores iguais, ou seja, compensação previdenciárias feitas no passado e que o Instituto vem recebendo dinheiro do INSS em parcelas fixas, tanto em janeiro quanto fevereiro como não houve aprovação de nenhum novo processo, não entrou nenhum dinheiro a mais por esta via, fazendo com que o valor compensado se mantenha o mesmo até que tenha novas compensações. Sandra também pergunta sobre os indeferimentos de aposentadoria, na tabela 3.1.3 e solicita que nos próximos relatórios sejam apresentados os motivos, para que seja possível acompanhar as aposentadorias especiais que estão aguardando processos judiciais. Sobre os cargos ocupados no Instituto pelos concursados, o questionamento foi feito com relação ao número de vagas abertas no edital e o número de vagas ocupadas hoje no Instituto, lembrou sobre a discussão da semana anterior sobre uma possível cessão dos profissionais de saúde para a prefeitura, e que os cargos entrariam em vacância, sendo assim, se não haveria alguma implicação em relação a não fazer o chamamento das vagas do edital. Também perguntou sobre o sistema contábil, quanto a prorrogação do contrato discutido anteriormente e que apareceu descrito na apresentação. Bruno começa explicando sobre a parte contábil, que no ano passado um contrato era só para o sistema contábil e outro contrato só para assessoria contábil, ou seja, assessoria na parte legal em relação à produção orçamentária, de como fazer a prestação de contas desses valores para o TCE, lembrando pelo menos um terço do mês a gente gasta para enviar balancete para o TCE dos valores que foram registrados, então, tem toda uma necessidade e tinha necessidade do conhecimento adicional desse sistema, por isso foi feito a licitação e ficou acordado que além do sistema contábil no termo de referência, que a empresa vencedora também prestaria a assessoria para contribuir com essa parte do conhecimento contábil. Esse contrato de assessoria foi renovado no fim do ano passado, porque nesse período até o início do ano tem uma demanda muito grande relacionada às leis orçamentárias, o nosso contador diariamente teve que conversar com a empresa para assessoria, então, entendemos que não seria adequado encerrar o contrato no final do ano, sendo assim foi postergado com aditamento para se encerrar no início de maio de 2020, a partir de agora fica



Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including a large signature at the bottom right and several smaller initials above it.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

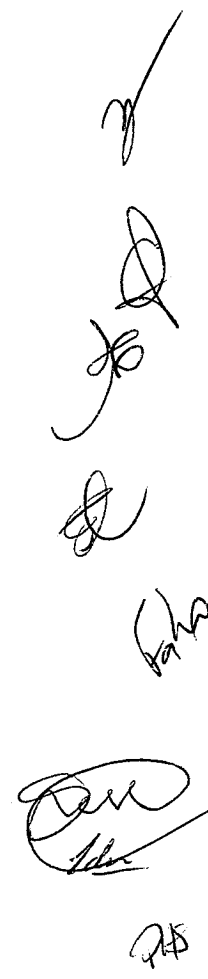
só uma despesa de contabilidade, e que ainda no próximo relatório aparecerá tanto sistema contábil quanto consultoria contábil. André responde ao questionamento em relação ao concurso explicando que a lei 3570 criou as vagas, mas o edital ofertou apenas uma vaga para cada função, com a reforma previdenciária com o PCCV aqui dos servidores já que a gente ia ter que criar uma nova legislação, a 63 agora de 2020, e os estudos e pareceres jurídicos destinadas a perícia, constataram que não havia mais a necessidade manter as vagas abertas, mantendo o concurso prorrogado para o caso de reposição de vaga mas não para contratação, e que não saberia responder porque que foi pensado para o instituto dois contadores e dois profissionais de tecnologia da Informação no ano de 2017. "Acredito que lá atrás foi pensado que o Instituto poderia desenvolver seus próprios sistemas para abrir mão dos contratos de consultoria, mas isso é muito complicado e complexo, e nas nossas análises conversando com o profissional de TI, vimos que isso não é viável, o custo é muito alto, a manutenção é muito complicada, tanto é que nem a prefeitura e as grandes empresas tratam dessa forma, ou seja, segundo o profissional de Tecnologia da Informação, pela demanda que nós temos aqui e já que nós temos os dois principais sistemas de contabilidade e de folha de pagamento e por conta das necessidades de atualização constantes e de atendimento em especial do Tribunal de Contas, a segunda é obsoleta, estaríamos pagando sem utilizar, também o segundo contador acaba sendo desnecessário por conta das consultorias, temos um histórico progresso negativo aqui no Instituto, anterior a mim, mas que no passado outro gestor acabou preenchendo vagas pelo concurso, utilizando todos, então nós aproveitamos a legislação, com apontamentos do Ministério Público que acompanhou todo o processo de desenvolvimento do plano de cargos carreiras e vencimentos, fez questionamentos, e nós retiramos essas funções. Hoje nós temos 28 funções ocupadas, dentro do Instituto, com o concurso vigente, se houver necessidade de aumento no quadro de servidores nada impede que a gente peça inclusão e/ou alteração do número de vagas em especial de agentes e analistas previdenciários por necessidade do Instituto. O quadro de servidores que temos é mais do que suficiente. Em proteção ao que pode acontecer por conta dos anseios políticos do município, já que esse ano é eleitoral, por segurança nós extinguimos aquelas vagas que não havia real necessidade, em especial as de perícia porque elas têm que ser transferidas é enquanto operacional e a folha de pagamento já foi para prefeitura, aproveitando, a troca de secretário de Recursos Humanos acabou atrasando um pouquinho as nossas demandas em relação ao convênio, mas, o gabinete assumiu esse processo e a gente continua negociando o convênio sobre o custeio da folha de pagamento da perícia que foi uma observação que a Sandra fez na reunião passada". Sandra reforça a necessidade

✓  
Q  
Jo  
A.  
Sando  
Sando  
Sando

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

de estarmos atentos para o convênio com a prefeitura para cessão dos servidores e ressalta que está na torcida para que a prefeitura cumpra o que está sendo proposto, em relação a essa questão. André explica que enviou uma minuta na semana passada para prefeitura e que hoje não tem muita preocupação em relação a essa situação, não só pela pactuação, mas pela necessidade do setor de saúde ocupacional, além disso, em último caso o Instituto deixaria de assumir a parte operacional porque agora é responsabilidade da prefeitura.

O conselheiro Erick pergunta se os valores do auxílio doença serão retratados no relatório gerencial como dívida patronal, parcelamento ou será outro tipo de apontamento e também parabeniza a equipe da Pauliprev pela competência extrema em relação aos valores dos resultados obtidos até janeiro, antes da pandemia, e reforça o entendimento de que com certeza irão aparecer resultados que não serão satisfatórios para os próximos meses, por isso gostaria de já deixar alertado para as pessoas que vão ver os próximos relatórios que é natural que isso vá acontecer devido aos reflexos da pandemia na economia mundial, e mercados financeiros, em especial o Brasileiro. Bruno explica que em relação ao auxílio doença, os valores estão saindo da folha de pagamento, sendo contabilizado como despesa extra orçamentária porque como a emenda constitucional previu que este auxílio ficaria a cargo dos entes e operacionalmente há um tempo para você implementar isso, alterar a lei, criar essa estrutura de pagamento para fazer essa transferência. "Num primeiro momento realmente continuou conosco, e a gente traz essas informações no relatório", mas já deixa claro inicialmente que do ponto de vista orçamentário, foi registrado como gasto 'extra orçamentário' e já mostra que a gente já considerava que os efeitos de fato em termos de direito pertence ao ente e não a Pauliprev. "Com relação aos investimentos a gente vai sentir principalmente em março, assim como qualquer instituição, RPPS ou fundo de pensão vai sentir, uma redução da carteira por ser inevitável e existem vários tipos de risco: crédito, mercado e o sistêmico, que na verdade não está associada a nenhum fundamento, esse tipo de variação infelizmente está explicada por conta de uma pandemia que não estava prevista". André complementa a questão do auxílio-doença, contabilmente está tudo parametrizado. "Como a secretaria do Tesouro Nacional, modificou as rubricas orçamentárias, isso entra na conta do município como auxílio por incapacidade temporária e no nosso caso ela passa a ser uma despesa extra orçamentária e depois os valores nos repassado, vão entrar como uma receita extra orçamentária para quem contabilmente a gente feche o nosso balanço, sendo que a prefeitura assumiu proporcional a parte do 13º de novembro, nós já encaminhamos as primeiras contas, a prefeitura tem empenhado hoje R\$1.073.000,00 em favor do Pauliprev em relação às despesas



Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and initials at the bottom right.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

com o auxílio-doença dos meses de novembro e dezembro. Não efetuou o pagamento ainda por conta da pandemia, então fluxo financeiro da prefeitura tá complicado, mas esses valores estão empenhados, havendo recursos o município irá nos pagar, resta agora nós conciliarmos os valores, isso as vezes demora um pouquinho até uns 30 dias porque após o fechamento das folhas de auxílio doença, surgem aqueles casos atrasados protocolizados, que geram folhas suplementares, e está até o final desse mês já está pactuado com a área de finanças e estaremos encaminhando esses valores também cobrando o proporcional do 13º salário, as folhas de janeiro, fevereiro e março e mais as eventuais complementares, isso deve dar algo em torno de mais de R\$ 1.700.000,00, que o município recebendo e já tem previsão orçamentária, ele autoriza empenha e assim que tiver o recurso disponível ocorrerá o repasse, então Erick, não vai entrar como dívida previdenciária e não vai ser passível de parcelamento hoje, se a pandemia perdurar e se os recursos do município caírem muito, essa situação pode ser que seja passível do novo parcelamento assim como os outros débitos que a prefeitura tem conosco e que ainda continuamos discutindo, como no caso das aposentadorias anuladas dos guardas que a gente continua em negociação com a prefeitura, uma negociação bem enrolada que demanda de parâmetro jurídico, indeterminado por inconstitucionalidade de lei, apontamentos do Tribunal de Contas, mas enfim, esse tipo de situação não seria uma despesa previdenciária também, seria uma despesa extra previdenciária, poderia até parcelar, mas com parâmetros diferentes da lei que a gente aprovou recentemente, tudo está em negociação, o que nos atrapalhou bastante foi a pandemia, porque com a queda de arrecadação da prefeitura, os valores que eles eventualmente pensavam em ter disponíveis para nos repassar, além dos repasses normais, acabaram sendo prejudicados porque um dos compromissos que o gabinete assumiu com a gente agora, já no momento da pandemia, é que a não ser que aconteça uma catástrofe, eles não pretendem atrasar os repasses da contribuição patronal e nem do aporte para não criar aquela situação que nós passamos no passado e que isso também pode trazer problemas para prefeitura, embora para nós, enquanto instituição financeira que cuida do dinheiro do servidor, pensando pela ótica financeira, se o município atrasar é até bom porque o que a gente recebe de multa, IPCA + 6%, que é a nossa meta atuarial, é um investimento que se está procurando no mercado e não está se achando, mas isso tudo está parametrizado, são casos distintos com valores tratados de maneiras distintas, mas todos em negociação e que eu acredito que passado a fase de pandemia, a gente resolve todas as equalizações financeiras para que o município possa nos repassar. O importante é que um terço desse valor já está empenhado, ou seja, nos garante orçamentariamente que a prefeitura tem a intenção de pagar.”.

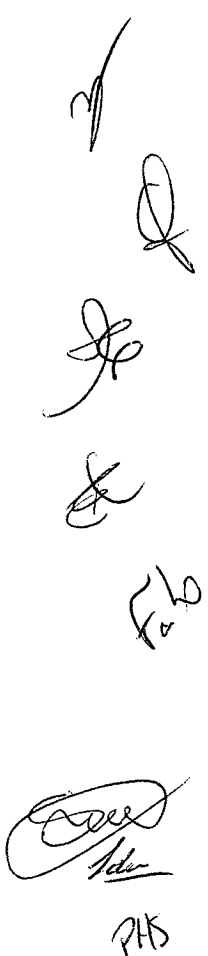
✓  
Q  
JP  
E  
Fo



RHS

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

Nara expõe sua satisfação com a economia que o instituto terá mensalmente, solicita alteração das cores dos gráficos para facilitar a visualização das tabelas e pergunta sobre as receitas do instituto, a conselheira percebe uma queda da contribuição patronal e dos segurados também por volta de R\$ 300mil e questionou sobre o que poderia estar acontecendo. Bruno responde que esse montante é diretamente proporcional aos segurados ativos, número de servidores estatutários, oferece de fazer um levantamento e enviar por e-mail, e continua explicando que o valor está agregado aos segurados estatutários, algo em torno de 4000 mais ou menos, sendo que esse número varia, pois temos tanta contribuição dos segurados, quanto contribuição patronal e ambas reduziram. "Eu vou comparar os dois meses porque todo mês a gente recebe tanto as guias com esses valores, quanto a relação de servidores constantes, assim a gente pode verificar se realmente essa variação é pelo número maior de aposentadorias ou se tem algum outro motivo". O controlador reforça que fará um levantamento específico e responderá por e-mail para todos os conselheiros. André também comenta que há outros aspectos que influenciam nas contribuições, quer sejam de segurado ou patronal, e isso vale para qualquer um de nossos três entes contribuintes: Pauliprev, Câmara e Prefeitura. Muitas variações acontecem por conta da incidência sobre a base previdenciária, por exemplo, temos períodos como fevereiro que é mais curto, naturalmente é mais curto e ainda temos o carnaval, somando 7 dias a menos por conta dessas coisas, a prefeitura incide a contribuição previdenciária sobre hora extra hoje, ou seja, em um mês que você faz mais hora extra, você vai ter uma base contributiva maior, quando faz menos hora extra, a base contributiva é menor, então essas variações sempre acontecem, não tem um valor fixo, as aposentadorias influenciam também, mas num montante bem menor porque ao conceder a aposentadoria, o servidor só vai contribuir previdenciariamente a partir do teto do INSS, que esse ano é R\$ 6.101,00, mas a incidência, a variação que ele causa nesse tipo de contribuição é insignificante em relação a totalidade, então se o município num momento de pandemia, por exemplo, em que tem uma redução nos quadros ativos, tem mais gente em casa, pessoas revezando, tem uma diminuição de seu quadro no trabalho normal, ocorre uma tendência naquele horário de trabalho e conseqüentemente na realização de horas extras, em contrapartida tem o aumento do pessoal da linha de frente, que nem todo mundo recebe tudo aquilo que faz, então essas variações acabam impactando nas contribuições vertidas ao Pauliprev, nós temos profissionais que saem, outros que chegam, então, essas variações sempre vão acontecer, nossa preocupação deve acontecer se houver uma variação muito significativa, R\$ 100 mil de um mês para o outro, pelo universo de servidores que nós temos é considerado normal, lembrando que temos categorias que fazem muitas horas extras como os profissionais da saúde,



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the bottom and several smaller ones above it.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

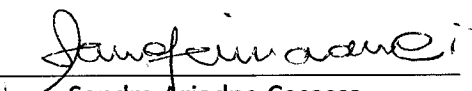
segurança, além da educação que contribui sobre as jornadas suplementares e complementares e que neste ano está atípico, tudo isto causa uma incidência menor na base contributiva de servidores. Nara sugere um mecanismo de acompanhamento, visto que a somatória dos valores podem refletir em um problema maior no futuro. Sandra relembra que os meses de referência avaliados são janeiro e fevereiro quando ainda não tinha isolamento, mas que geralmente são meses onde muitos servidores ficam de férias e que em fevereiro foram 10 dias úteis a menos nesse ano de 2020.

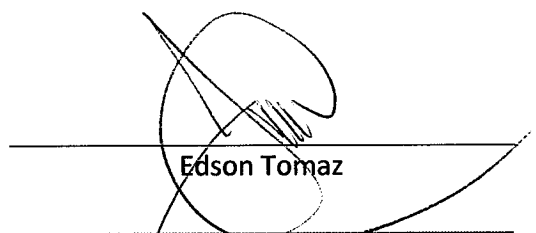
Nara coloca uma segunda dúvida sobre os prazos dos processos para respostas ao tribunal, Bruno explica que os dados de controle são alimentados pelo nosso jurídico e pelos analistas que trabalham junto com os procuradores, então se você comparar com os relatórios anteriores não varia muito, os processos mudam de estágio, mas como você não tem prazo específico é difícil de mensurar isso, a gente trabalha mais atualizando essas informações. O controle está baseado em termos da situação processual e a origem dos processos, a maior parte são os mesmos assuntos que é de conhecimento de vocês, a gente deixa registrado apenas como uma forma de transparência porque é uma forma de contabilizar o número de processos e de entender a natureza de cada um. Nara adiciona uma última pergunta sobre o quadro de funcionários, em relação a um cedido e o registro de uma indicação por parte do executivo, reforça que conforme discutido no passado estava certo ter um cedido, mas que há uma preocupação em ano eleitoral ainda ter um diretor indicado pelo executivo, Sandra explica que quem indica os diretores do Instituto é o presidente, portanto o André. Após debater sobre o assunto o grupo entende que seria melhor modificar a sigla no relatório na parte do organograma para clarear o entendimento.

Sandra oferece ao grupo se mais alguém deseja questionar algum assunto, agradece ao Bruno pelas informações, disponibilidade e pelo profissionalismo e a todos pela participação.

Término as 20h30.

Paulínia, 13 de maio de 2020

  
Sandra Ariadne Casassa

  
Edson Tomaz



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

---

Presidente Conselho Administrativo

---

**Fabio Ceconelo**  
Conselheiro Administrativo

---

Conselheiro Administrativo

---

**Idu Ribeiro**  
Conselheiro Administrativo

---

**Nara Moretti**  
Conselheira Administrativa

---

**Erick Santos Paiva**  
Conselheiro Administrativo

---

**Paulo Henrique dos Santos**  
Conselheiro Administrativo

---

**Antônia Sirlene Lima**  
Conselheira Administrativa